

Grupo de Trabalho da Pesca e Aquicultura – Intercâmaras/CIF

4ª Reunião Ordinária do GT PESCA

Local: BDMG – Sala Guimarães Rosa – Belo Horizonte/MG

MINUTA DE ATA

Aos 28 dias do mês de novembro de 2018, às 14 horas, deu-se início a 4ª Reunião do Grupo de Trabalho da Pesca e Aquicultura (GT PESCA), instituído pela Deliberação nº 175 de 29 de junho de 2018, do Comitê Interfederativo – CIF.

A reunião deu-se início com a apresentação dos participantes. Em seguida, o coordenador da CT-BIO, João Carlos A. Thomé, fez a leitura dos pontos de pauta e sugeriu a troca na ordem dos dois primeiros itens, acordado por todos os presentes. Em seguida passou-se ao segundo item da pauta, referente a apresentação da Renova do panorama geral atualizado do cadastro e da indenização de pescadores.

Foi relatado um breve histórico do que tem sido realizado no âmbito da pesca pela Fundação e como funciona o sistema de cadastro desde o primeiro momento em que a pessoa realiza seu primeiro contato até as etapas seguintes. Há um número total de 21.965 famílias cadastradas até o momento que se declaram impactadas na pesca, com exceção dos camaroeiros que estão num processo à parte devidos as tratativas serem diferenciadas, não contabilizados portanto nesse número total. Existe um termo de anuência no momento do cadastro como forma de garantir o recebimento das indenizações àqueles que de fato foram impactados para que não haja pagamentos indevidos. Referente ao PIM-Programa de Indenização Mediada, as campanhas 1 e 2 já foram concluídas e a campanha 3 está em processo. Existe uma 'Política de Indenização do Pescador de Fato', elaborada por proposta do Conselho Consultivo sendo desenvolvida pela Renova, como projeto Piloto na Foz em Regência e Povoação e em Resplendor, com apoio da SEAP no acompanhamento dos profissionais da pesca por meio dos RGP's com o objetivo de que o Pescador de Fato tenha a oportunidade de ser reconhecido, mesmo não possuindo documentação, através de outras comprovações como testemunhos, ou declarações. Referente àqueles que já foram indenizados e estão recebendo indevidamente, a informação é de que existe uma lista oficial para a realização das indenizações checadas pela SEAP e INSS através do seguro defeso para evitar indenizações indevidas, mas que não há discussão referente ao que já foi feito por determinação do MPF e CIF. Segue-se com a apresentação da Renova com a distribuição territorial de pescadores por municípios, planos de ação, estatística pesqueira entre outras iniciativas que serão iniciadas. Referente à estatística pesqueira em local proibido foi sugerido a pesquisa participativa, pois de acordo com a legislação, as pesquisas estão liberadas e envolveria a participação da comunidade. O sr. Joca da CTBIO complementa que as pesquisas atuais vem

sendo realizadas por meio da pesca de arrasto deixando uma parte das espécies de tamanho comercial de fora, e com a complementação dessas pesquisas poderão trazer novas informações. Outro ponto colocado foi referente a preocupação com introdução de espécies exóticas nos casos dos projetos piloto dos tanques. A Fundação Renova informou que há realização de oficinas nas comunidades onde ocorrem esses projetos para dar suporte nessas informações.

O coordenador da CTBIO informou que com as novas informações apresentadas pela Fundação Renova é possível melhorias nas tomadas de decisões, e relatou um dos principais problemas enfrentados que é a ausência de fiscalização pesqueira devido as limitações de pessoal e de recursos por parte dos órgãos responsáveis. O sr. Joca informou que a pesca continua acontecendo e a fiscalização está precária, mesmo com esforço do IBAMA, IEMA, Polícia Federal, e que os pescadores mesmo com recebimento das indenizações continuam atuando. O sr. Joca lembrou o histórico da proibição da pesca no mar, tomada pelo princípio da precaução ainda em janeiro de 2016, e mencionou a necessidade de se manter a proibição para possibilitar a recuperação dos estoques naturais. A sra. Rosa Eurídice do IEMA lembrou as reuniões que ocorreram junto aos demais órgãos envolvidos na fiscalização e informou que estão aguardando acionamento do MPF para nova reunião da fiscalização. A sra. Camila Camilo da Fundação Renova relatou que foi realizado um sobrevoo no Espírito Santo com a presença do IBAMA em que cerca de 40 embarcações foram identificadas na região de proibição.

No item 1 da pauta, referente ao Plano de Comunicação sobre a contaminação e consumo do pescado, a sra. Daniele Aragão da Fundação Renova prosseguiu com a apresentação dos processos de comunicação da Fundação e relatou que houve uma reunião da Comunicação com a CT-SAÚDE em que foram informados os cuidados que se deve ter na veiculação de informações no que tange ao risco da saúde humana, sendo necessário fazer alterações no Plano de Comunicação apresentado anteriormente, para que haja melhor entendimento do conteúdo que será repassado a população e siga as diretrizes da Saúde para comunicações de risco. A sra. Daniele sugeriu que esse novo plano seja apresentado no mês de Janeiro. A sra. Regina da CT-SHQA sugeriu que o plano esteja integrado com as informações referentes à qualidade da água para que a população tenha o conhecimento das diferenças entre os estudos da qualidade da água e da qualidade do pescado, ambos alinhados à CT-SAÚDE que informará as normas existentes nesse tipo de comunicação. O sr. Aloísio da CT-ECLT lembrou o plano de comunicação apresentado em 2017 que incluía uma comunicação oficial científica e uma voltada para os atingidos, com linguagem mais clara, e frisou a importância da Fundação Renova em prestar os serviços de comunicação ao público de tudo o que vem sendo feito junto com o poder público e não focar no marketing institucional como vem sendo feito.

O sr. Joca da CT-BIO informou que deu-se início ao período de defeso da Piracema na bacia do Doce, que permanecerá até o mês de Março de 2019, e sugeriu que a Fundação Renova veiculasse uma campanha reforçando a proibição da pesca nesse período enfatizando a importância da reprodução das

espécies, e posteriormente seguisse com a elaboração do plano de comunicação geral, enquanto os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, junto ao IBAMA, discutam como ficará a retomada da pesca para o próximo ano. Segundo Joca, a questão do consumo só deveria ser comunicada após esse período, com posicionamentos da Anvisa e órgãos estaduais de vigilância sanitária e Saúde. Ainda no que se refere à proibição, houve a discussão sobre a manutenção ou não da proibição da pesca marinha, e se seria extensiva para os rios onde os estoques pesqueiros foram mais impactados para que estes possam se recompor. Porém trata-se de uma ACP movida pelo MPF e portanto uma discussão com estes faz-se necessária. O sr. Bruno Pimenta da Fundação Renova observou que não é em todo o território que a população de espécies se reproduz e que essas proibições poderiam focar nas localidades definidas por pontuações técnicas do que proibir de maneira geral. A sra. Daniela Aragão reforçou a entrega do novo plano de comunicação para o mês de janeiro que será realizado paralelamente com as informações do defeso da piracema.

No item de pauta referente ao encaminhamento das reuniões do subgrupo de saúde, foi informado que o grupo vem conversando entre si com participação dos órgãos de vigilância sanitária e de saúde. O sr. Joca da CT-BIO, mencionou que os órgãos de vigilância sanitária atuam no que está posto na mesa do consumidor, como feiras e supermercados com ações mais voltadas à fiscalização destas e não na captura ou desembarque. A sra. Camila da Fundação Renova sugeriu convidar a SEAP para participação mais ativa nas questões de fiscalização principalmente no comércio de pescado e mencionou o programa “Embarque Nessa” da SEAP, um programa de controle higiênico-sanitário de embarcações pesqueiras e infraestruturas de desembarque de pescado.

Referente ao item de pauta da situação da pesca esportiva e impactos no lazer e turismo nas regiões pesqueiras, o sr. Aloisio da CT-ECLT, mencionou o diagnóstico concluído em 2016, do impacto que ocorreu nas atividades pesqueiras nos municípios de Minas Gerais, e informou que nos municípios mineiros não há relações diretas com turismo de pesca. Porém foram identificados turismos regionais na região de Candonga em que pescadores amadores utilizavam a pesca como atividades de lazer, não gerando impactos significativos por conta da simplicidade da arte desse tipo de pesca, e ao longo de toda a calha que há atividades de lazer em dezenas de comunidades. O sr. Aloisio informou ainda que a CT-ECLT aguarda da Fundação Renova a entrega de um plano com base nesse diagnóstico realizado para os municípios de Minas Gerais. A sra. Camila informou que no mês de janeiro será feito a delimitação do público alvo para no mês de fevereiro elencar o que será feito nesses municípios de acordo com o cronograma apresentado pela Fundação. No âmbito da CT-ECLT existe um plano em andamento referente à pesca esportiva, mas ainda estão fazendo as considerações na proposta apresentada pela Renova.

No item de pauta referente à apresentação dos dados atualizados das etapas do monitoramento da contaminação do pescado em Minas Gerais e ES, o sr. Bruno Pimenta da Fundação Renova informou que já foram coletadas 268 amostras nos pontos delimitados. As coletas foram realizadas no período chuvoso e

no período seco, realizadas pela Universidade de Viçosa em Minas Gerais e pela Rede Rio-Doce-Mar no Espírito Santo. No último período seco foram coletas 274 amostras em MG que serão somadas as 268 já existentes, restando apenas saber o quantitativo das amostras coletadas no ES. Essas novas 274 amostras já estão sendo analisadas em laboratório comercial certificado, sendo a análise dos onze metais mais arsênio. Os resultados serão encaminhados a ANVISA para uma análise mais robusta. A nova etapa de coletas do período chuvoso já está ocorrendo e até o momento contam com 150 amostras no estado de Minas Gerais. Em abril retomam para a próxima etapa e levam cerca de 30 dias para serem analisadas. Todos os resultados serão apresentados e discutidos nesse GT.

O sr. Joca da CT-BIO mencionou que é necessário tomar certos cuidados para que não ocorra excessos nem sobreposições nas coletas pois estão ocorrendo simultaneamente pesquisas de diversas Consultorias e Universidades, observadas no sistema de concessão de licenças do SISBIO e demais sistemas, pois poderá causar impactos nos ecossistemas. O sr. Joca informou ainda que os trabalhos deste GT continuam para que as repostas às questões demandadas pela sociedade sejam dadas o mais breve.

Às 17 horas e 30 minutos a reunião deu-se por encerrada.